

Renan estende licença até 29 de dezembro

Senado Federal pode fazer autoconvocação e funcionar no recesso parlamentar para eleger novo presidente, conforme admite Tião Viana

A licença de Renan Calheiros da Presidência do Senado, que se encerraria no domingo, foi prorrogada para 29 de dezembro. Requerimento nesse sentido foi lido pelo presidente interino, Tião Viana, na sessão

de ontem. O exame de representação contra Renan, por uma suposta sociedade oculta com o usineiro João Lyra na propriedade de empresas de comunicação, está marcado na CCJ para a próxima quarta-feira. **Página 3**



Balões pintados em preto-e-branco erguem urna com cinzas da floresta de Jamanxim

Balões e debate na luta contra aquecimento global

Manifestantes do Greenpeace protestaram ontem na Praça dos Três Poderes contra o aquecimento global provocado pelo desmatamento na Amazônia. Já

em debate na Comissão de Mudanças Climáticas, especialistas defenderam a definição de metas mais ousadas para redução das emissões de carbono. **Página 5**



Jefferson (E), Mercadante e Antonio Carlos Júnior: debate sobre ICMS

A Comissão de Justiça aprovou projeto que visa evitar prejuízos potenciais a segurados em apólices coletivas. Um

dos assuntos polêmicos na pauta – o ICMS compartilhado de petróleo e energia – não foi votado, mas debatido. **Página 7**

Leopoldo Silva



Leopoldo Silva



No alto, Papaléo, Jucá, Virgílio e Alvaro. Acima, Sarney, Raupp e Viana à mesa

Plenário vota duas MPs, mas pauta ainda bloqueia CPMF

Depois de muito debate, o Plenário aprovou duas medidas provisórias que revogam outras MPs. Mas ainda há uma medida e um projeto de conversão no caminho da prorrogação da CPMF. A solução aceita pelo presidente interino, Tião Viana, por sugestão de líderes partidários, foi marcar sessão deliberativa para segunda-feira – normalmente destinada a discursos parlamentares e comunicações da Mesa. **Página 4**

Polêmica: farmácia deve vender apenas remédio?

A Anvisa formulou consulta pública acerca de uma proposta de restringir a remédios e produtos congêneres a linha de produtos comercializados em farmácias. O assunto, que rendeu muita polêmica, foi debatido em audiência pública no Senado. **Página 8**

Senadores lamentam caso de jovem presa com homens

Os três senadores paraenses – Flexa Ribeiro, José Nery e Mário Couto – cobraram ontem esclarecimentos e providências a respeito do caso da adolescente que ficou presa, durante quase 30 dias, numa cela com 20 homens na região metropolitana de Belém. **Página 6**



José Cruz

Célio Azevedo

Presidente de entidade e deputado federal, Armando Monteiro informa que serão oferecidos cursos nas áreas de educação básica, continuada e profissional em parceria com Sesi e Senai

Programa educacional da CNI prevê 16 milhões de matrículas

O programa Educação para a Nova Indústria, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deverá garantir 16,2 milhões de matrículas de jovens e adultos nos próximos quatro anos, graças a um investimento de R\$ 10,5 bilhões. A informação é do presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE), convidado de ontem da audiência pública da Comissão de Educação (CE). Os cursos, explicou, serão oferecidos nas áreas de educação básica, continuada e profissional.

A audiência foi proposta pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para debater o programa educacional promovido pela CNI. Segundo Armando Monteiro, esse programa é a resposta que a entidade oferece "a momento desafiador pelo qual passa o Brasil". O deputado lembrou que a indústria brasileira está cada vez mais exposta à competição internacional e que promover a qualificação da mão-de-obra e do capital humano é imprescindível para o desenvolvimento do país.

– Os ganhos de produtividade da indústria nos próximos anos dependerão da capacidade de inovar processos, e isso só poderá ser feito se tivermos pessoal qualificado. Só combinando educação básica, continuada e profissional será possível elevar a escolaridade do trabalhador brasileiro.

O presidente da CNI explicou que o programa foi concebido de forma confederativa, baseado no chamado Sistema S, em um processo articulado, reunindo e



Cristovam (D), presidente da Comissão de Educação, na exposição de Armando Monteiro

consolidando orçamentos de 27 departamentos regionais do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O Sistema S é formado por organizações criadas pelos setores produtivos – indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas – com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores.

Recursos

Armando Monteiro reconheceu que o maior desafio da entidade é conseguir mobilizar os recursos necessários para garantir a execução do programa. Nesse sentido, a CNI deverá buscar crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos deverão ser investidos na modernização da infra-estrutura física do sistema, especialmente na informatização e nos laboratórios das escolas do Sesi e do Senai, garantindo a oferta de 28 mil computadores, que equiparão todas as escolas do Sesi

do Brasil. Esse dinheiro será destinado também ao aparelhamento de 510 laboratórios de ciências.

Para o presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), é a "primeira vez que há um discurso desses vindo de alguém da classe produtora". Cristovam elogiou a "percepção de que hoje a educação é o insumo fundamental" e também o reconhecimento de que "a ciência e tecnologia passam necessariamente pela educação básica".

Marisa Serrano afirmou que a educação deve ser sempre colocada como prioridade na sociedade brasileira. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse acreditar que a indústria nada mais é do que "o uso do conhecimento na transformação de bens" e que não se faz isso sem conhecimento da tecnologia e sem educação formal. Wellington Salgado (PMDB-MG) opinou que o ensino a distância seria a solução para o Brasil, "devido às dimensões continentais do país".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Congresso vota crédito

O Congresso realiza hoje, às 10h, no Plenário da Câmara, sessão para votar créditos especiais e suplementares para ministérios, órgãos públicos e empresas estatais. No Senado, a pauta da sessão deliberativa, que começa às 14h, continua trancada, agora por uma medida provisória e um projeto de lei de conversão.



Tecnologia para rádio digital

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se, às 9h, em audiência pública para debater a adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Entre os convidados estão o gerente-geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequências da Agên-

cia Nacional de Telecomunicações (Anatel), Yapur Marotta; o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Roberto Pinto Martins; e o assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Ronald Siqueira Barbosa.

Criação de ZPEs

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tem reunião prevista para as 11h, a fim de votar projetos de lei que criam zonas de processamento de exportação (ZPEs) e de livre comércio. Na pauta, também o Fundo Constitucional do Norte.

Desenvolvimento e Cidadania Petrobras

Às 9h, as comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam audiência para tratar dos impactos e benefícios do programa social Desenvolvimento e Cidadania Petrobras. Foram convidados representantes da Petrobras, do Unicef no Brasil e do Movimento Nacional dos Catadores, entre outros

CPI das ONGs

A comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) e para organizações de sociedade civil de interesse público (oscips) reúne-se, às 9h, para apreciação de requerimentos.



CRE examina indicações de três diplomatas

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota as indicações de Carlos Antônio Paranhos, para embaixador do Brasil na Rússia e junto à República de Belarus; de Igor Kipman, para o Haiti; e de Edson Monteiro, para o Timor Leste.

Site da Secretaria de Arquivo

Às 10h30, será lançado o site da Secretaria de Arquivo, que dará acesso à documentação legislativa da Casa desde a primeira sessão ordinária do Senado do Império, em 1826.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Papaléo Paes, Gerson Camata e Alvaro Dias

Senador justifica decisão como forma de não interferir no processo contra ele nem na votação da CPMF. Partidos da base do governo negam existência de acordo

Renan renova a licença do cargo de presidente até 29 de dezembro

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) decidiu ontem estender sua licença da Presidência da Casa até o dia 29 de dezembro. A licença atual, de 45 dias, termina neste domingo, mas, diante do atraso no julgamento da terceira representação contra ele por quebra de decoro, pediu a prorrogação, como forma de não interferir na tramitação do processo e desvincular-se de eventuais pressões parlamentares quanto à votação da proposta que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O novo período de licença, de 34 dias, foi comunicado primeiramente ao presidente interino, Tião Viana. Em seguida, Renan divulgou uma nota por meio de sua assessoria.

– Desde o primeiro momento tenho adotado a postura de não interferir no processo, de modo que acatarei, com toda serenidade, o cronograma de tramitação que for estabelecido pela Mesa – diz a nota.

A decisão foi anunciada dois dias depois de Arthur Virgílio (PSDB-AM) ter comunicado que



Renan Calheiros (E) afirma que acata com serenidade o cronograma que for estabelecido

não apresentaria ontem, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu relatório sobre o projeto de resolução do Conselho de Ética que recomenda a perda do mandato de Renan. Com a apreciação da matéria parada na CCJ, Tião Viana foi obrigado a transferir para 5 de dezembro, como data provável, a votação no Plenário, marcada inicialmente para hoje.

A representação contra Renan que deu início ao processo em questão baseou-se em denúncia de que o senador teria comprado, com recursos não declarados, e por meio de “laranjas”, duas

rádios e um jornal em sociedade com o usineiro alagoano João Lyra.

Em seu relatório sobre a representação, Jefferson Péres (PDT-AM) concluiu pela veracidade da denúncia – feita à revista Veja pelo usineiro e utilizada pelo PSDB e o DEM na representação. A aprovação do relatório gerou o projeto de resolução propondo a perda do mandato. A CCJ tem de se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto e, em caso positivo, enviar a matéria à deliberação do Plenário, em sessão aberta, mas com voto secreto.

Viana admite autoconvocação para eleger presidente

O presidente interino, Tião Viana, admitiu ontem, em entrevista, a possibilidade de o Senado vir a funcionar no recesso para a escolha do seu novo presidente. Ele lembrou que há prazo regimental para que seja votada esta e a proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF.

– Podemos perfeitamente fazer autoconvocação e assegurar uma eleição em cinco dias úteis – disse, ressaltando que é possível realizar a votação do imposto do cheque ainda neste exercício.

Sobre a decisão de Renan estender sua licença, Tião Viana afirmou que, com o gesto, o senador tenta assegurar ao Congresso “que não há nenhuma negociação espúria vinculando o caso dele com a votação da CPMF, o que é bom para a Casa”.

– Trata-se de uma decisão refletida de Renan, que demonstra um esforço grande de sua parte



Tião Viana lembra que há prazo para votar CPMF este ano

para que não pare nenhuma dúvida sobre a instituição Senado Federal, sobre seu julgamento estar vinculado à CPMF.

Julgamento

Quanto à possibilidade de o julgamento de Renan pelo Plenário ocorrer ainda em novembro, Tião Viana explicou, também em entrevista, que isso depende mais de Arthur Virgílio, relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do projeto de resolução que determina a

perda do mandato do parlamentar.

O presidente interino da Casa foi indagado pelos jornalistas por que usou, ao chegar pela manhã ao Senado, a expressão “dane-se” para dirigir-se a quem quer que esteja aborrecido com o cumprimento do Regimento Interno. Ele respondeu que ampara todas as suas decisões nesse conjunto de normas que regula o funcionamento da instituição e que não quis ofender ninguém.

– Esse “dane-se” foi para Renan ou para Virgílio? – perguntou um jornalista.

– Não, acho que não, porque são duas pessoas com quem eu tenho a melhor das relações e o máximo de respeito. É uma manifestação em defesa do regimento como guia e como um marco que temos de ter sempre para o bom funcionamento do Senado – afirmou Tião Viana.

PMDB e PT desmentem suposto acordo para salvar mandato

Após a leitura em Plenário, pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, do requerimento em que Renan Calheiros solicitou a ampliação do período de afastamento da Presidência da Casa por mais 34 dias, representantes do PMDB e do PT negaram suposto acordo que estaria sendo costurado nos bastidores para salvar o mandato de Renan, em troca da aprovação da proposta de emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira até dezembro de 2011.

Líder do PMDB, o senador Valdir Raupp (RO) garantiu que não participou e que não ouviu, em momento algum, “qualquer conversa nesse sentido”, e que Renan amplia sua licença justamente para “deixar o Senado à vontade para tratar dos assuntos do interesse do país”.

– Não se deve vincular uma coisa à outra – disse.

Já o senador Sibá Machado (PT-AC) atribuiu as especulações “à mera desconfiança de alguém”.

– Como desconfiança, tem sua razão; como fato, nós repudia-

mos – assinalou.

As especulações acerca de um acordo, que começaram a circular nos jornais no último fim de semana, levaram Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, a transferir para a próxima semana a leitura, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do relatório sobre o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que recomenda a perda de mandato de Renan.

Voto aberto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) atribuiu o “ruído” sobre um suposto acordo às manobras protelatórias empregadas para atrasar a votação das propostas de emenda à Constituição (PECs 38/04, 50/06 e 86/07) que acabam com o voto secreto. Prontas para apreciação, elas receberam emendas de autoria de Almeida Lima (PMDB-SE) e tiveram que retornar à CCJ.

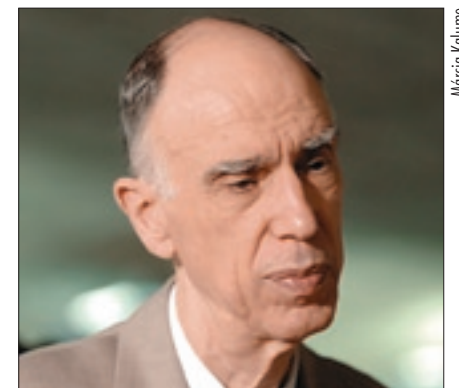
– Não haveria qualquer dúvida sobre acordo se o voto fosse aberto. Tínhamos que deliberar de forma transparente. O fato de a sessão ser aberta não resolve esse impasse – observou Alvaro.

CCJ examina na próxima quarta projeto que recomenda cassação

O senador Marco Maciel (DEM-PE), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, marcou para as 10h da próxima quarta-feira a apreciação dos aspectos constitucionais, legais e jurídicos do projeto de resolução que propõe a cassação do mandato de Renan Calheiros. A data foi definida em entendimento com o relator na comissão, senador Arthur Virgílio.

O projeto de resolução, originário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, tem de ser aprovado na CCJ antes de seguir para o Plenário. A expectativa era que o Senado examinasse o caso na sessão de hoje, mas Virgílio decidiu usar todo o tempo de que dispõe para apresentar seu parecer.

– Não posso falar sobre a votação em Plenário, por ser um assunto para deliberação da Mesa e dos líderes partidários – disse Maciel.



Maciel definiu data em entendimento com relator

O senador previu que a apreciação na CCJ será rápida, mesmo no caso de um pedido de vista, que não será concedido por mais de 24 horas.

– A matéria é de conhecimento público e o relator obteve prazo dilatado para elaborar o seu parecer – explicou.

De acordo com o presidente da CCJ, Arthur Virgílio “procedeu muito bem” ao solicitar mais tempo para examinar a matéria e certamente apresentará “um relatório competente sobre questões de instrução e não de mérito”.

Medida baixada a fim de permitir à Câmara que votasse a contribuição tranca agora ordem do dia do Senado e impede que proposta de prorrogação entre em exame

Mesmo com duas MPs aprovadas, pauta está bloqueada para CPMF

Em meio a muita polêmica, o Plenário do Senado aprovou ontem duas medidas provisórias que revogam MPs baixadas pelo presidente Lula. “Não é ético, justo, correto ou honesto o governo enviar medidas provisórias ao Congresso dizendo que são urgentes e relevantes, e depois retirá-las de tramitação, admitindo que não são urgentes nem relevantes, visando abrir espaço para outros interesses”, afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), antes da aprovação de uma das MPs.

A primeira medida aprovada (390/07) revoga a MP 379/07, que tratava do registro, porte e comercialização de armas de fogo e munição. A segunda (391/07) revoga a MP 380/07, que instituiu o regime de tributação unificada na importação, via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Mesmo com as duas votações, a pauta continua obstruída pela MP 392/07, que revoga a 382/07, que trata de subvenção econômica nas operações de empréstimos destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções e de móveis de madeira.

Essas MPs revogatórias, que foram baixadas para desobstruir a pauta da Câmara dos Deputados e, assim, permitir a aprovação da CPMF naquela Casa, estão agora justamente bloqueando o início da discussão da proposta que prorroga a vigência da con-



Virgílio (E), Casagrande, Jucá e Agripino: oposição e governo no debate das MPs

tribuição até 2011. A ordem do dia ainda está trancada por um projeto de conversão – o 37/07, originário da MP 393/07.

Polêmica

Durante o encaminhamento da votação, o PSDB denunciou a suposta ilegalidade do ato revogatório praticado pelo governo. Na interpretação dos tucanos, exposta por Alvaro Dias (PR), a MP 390/07 dava mostras do “casuismo governamental”, que substitui prioridades anteriores por outras e “deixa a atividade legislativa ao sabor do fisiologismo praticado pelo governo Lula”.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) classificou de “teatro do absurdo” a edição de três medidas provisórias para revogar outras MPs. Ela considerou como mais inacreditável o fato de o presidente Lula ter encami-

nhado ao Congresso, em regime de tramitação urgente, projetos resuscitando o conteúdo das MPs revogadas. O senador Mão Santa (PMDB-PI) observou que as medidas provisórias ferem o equilíbrio de forças entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Aprovação

Apesar dos pronunciamentos contrários, prevaleceram os pareceres dos relatores-revisores, Romero Jucá (PMDB-RR), da MP 390, e Valdir Raupp (PMDB-RO), da MP 391/07, pela aprovação de ambas as matérias.

Apesar de não defender a edição exagerada de MPs, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido da maioria dos que se posicionaram contra as medidas provisórias, foi quem mais exerceu esse direito.

Segunda-feira deve ser de deliberações no Plenário

O Senado terá uma segunda-feira de deliberações, para continuar o exame da ordem do dia interrompida na sessão de ontem. Essa foi a principal decisão de um longo debate iniciado com o protesto de senadores do PSDB e do líder do Democratas, José Agripino (RN), contra a decisão do presidente interino da Casa, Tião Viana, de não conceder o pedido de verificação de quórum solicitado após a votação da Medida Provisória 391/07.

A alegação de Viana, de que o pedido só foi feito após ele ter anunciado que a matéria iria à promulgação, foi contestada por Agripino, que embasou sua

argumentação no inciso VI do artigo 293 do Regimento Interno da Casa: “Não será admitido requerimento de verificação se a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte”.

Tião Viana contra-argumentou que – após ser proclamado o resultado da votação – ele não teria como, sem ouvir os líderes, encerrar a ordem do dia, já que ainda havia matérias em regime de urgência na pauta para deliberação do Plenário.

Logo após o anúncio da aprovação da MP 391, vários senadores se pronunciaram. Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos que tentaram pedir verificação de quórum,

opinou que Tião Viana proclamou o resultado de uma forma muito rápida. Arthur Virgílio anunciou que o seu partido endureceria mais ainda a obstrução dos trabalhos, ao se sentir prejudicado por não ter atendido o pedido de verificação.

Aloizio Mercadante (PT-SP) observou que, se tivesse havido verificação de quórum, a chegada de outros senadores da base do governo daria o quórum necessário para a votação de matérias que estavam obstruindo a pauta. Ele assegurou que Viana não teve intenção de prejudicar a oposição ao negar o pedido de verificação.

Suplicy sugere aumento da transparência sobre gastos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu, em discurso, ao presidente interino do Senado, Tião Viana, que aumente a transparência dos gastos da instituição, informando aos senadores e à opinião pública que construções e gastos estão se fazendo necessários e se há projetos básicos para que sejam realizadas as licitações. O parlamentar lembrou reportagens da imprensa sobre os gastos do Congresso Nacional, que chegariam a R\$ 6 bilhões por ano.

Suplicy também se dirigiu aos deputados estaduais de Roraima que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores sobre a demarcação de terras indígenas. O senador disse que a CRE está atenta às preocupações com o deslocamento de pessoas que trabalhavam nas áreas indígenas.

– Tenho a convicção de que o presidente Lula, quando demarcou a área Raposa Serra do Sol, procurou atender àquilo que está na Constituição, observando também os direitos dos povos originários no Brasil. Quem sabe a iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti [PTB-RR], de nos



Gerardo Maggela

Suplicy: despesas do Congresso chegariam a R\$ 6 bilhões ao ano, segundo imprensa

trazer as informações e as preocupações dos representantes do povo de Roraima, nos indique o caminho de diálogo – assinalou.

Mozarildo Cavalcanti disse, em aparte, que já havia conversado com o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS), para levar o assunto à apreciação daquela comissão. Ele afirmou que é preciso ter cuidado com os direitos humanos dos índios, dos não-índios e dos miscigenados que habitam a região. O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que Suplicy proponha a Lula a edição de um decreto que delegue aos governadores a função de demarcar terras indígenas.

Tião Viana anuncia suspensão de obra e rebate dados de ONG

O presidente interino do Senado, Tião Viana, anunciou em Plenário, a retirada de emenda da Mesa ao projeto de Orçamento da União para 2008, no valor de R\$ 21 milhões, que seriam destinados à construção do Anexo 3 da Casa. O senador também leu nota da Presidência do Senado rabatando dados utilizados pela imprensa, e divulgados pela ONG Transparência Brasil, segundo os quais o Congresso brasileiro é o mais caro do mundo.

Viana mencionou o encaminhado a ele por Pedro Simon (PMDB-RS) questionando aquela construção e sugerindo à Mesa que revisse sua decisão. O presidente interino da Casa se referiu ainda ao discurso em que Eduardo Suplicy pedia à Presidência do Senado que se manifestasse sobre os dados da Transparência Brasil em que se têm baseado reportagens da imprensa.

Alarde

Conforme a nota, “pela terceira vez este ano os jornais se utilizam de dados divulgados pela ONG Transparência Brasil, alardeando ser o Parlamento do Brasil o mais caro em todo o mundo.

– Conforme o Senado já respondeu em todas as ocasiões, sem conseguir obter, em nenhuma delas, nenhum espaço para apresentar suas explicações, os dados apresentados pela ONG são errados e as conclusões asentadas sobre uma metodologia completamente equivocada. A matéria, divulgada pela primeira vez em junho último, reprisada há uma semana e novamente divulgada hoje, dia 21 de novembro, insiste na mesma tese, ignorando por completo todas as contestações técnicas e metodológicas apresentadas até aqui – assinala o comunicado.

Segundo a nota, também não é verdade que o Senado brasileiro seria o órgão público com o mais elevado coeficiente de gasto com pessoal. “O coeficiente de gasto com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é de 0,86. No Senado, esse coeficiente atinge 0,46. Isso significa que o Senado gasta, portanto, praticamente metade do que a lei permite gastar com pessoal, registrando um dos melhores coeficientes de gastos com pessoal entre todos os órgãos públicos federais”, conclui.

Senadores querem manutenção da Voz do Brasil

O debate sobre a flexibilização do horário de transmissão da Voz do Brasil, realizado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação (CCT), foi marcado por manifestações dos senadores em favor da manutenção do programa. Os parlamentares falaram em resposta à posição assumida por dois dos convidados para a reunião – Milton Lucca de Paula, presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão (Amirt), e Paulo Ricardo Tonet Camargo, diretor da Rede Brasil Sul (RBS) –, favoráveis à extinção do programa.

Também participaram da audiência José Roberto Garcez, presidente da Radiobrás, e Ester Monteiro da Silva, editora-chefe da Voz do Brasil da Rádio Senado. Os dois destacaram a importância do programa para levar aos brasileiros informações sobre os Três Poderes.

Abertura

José Garcez afirmou que o debate atual reflete a abertura do poder público à discussão sobre o papel da Voz do Brasil. Ester Monteiro defendeu a manutenção de um programa específico para “contar ao ouvinte” o que acontece no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reafirmou a necessidade de o Senado propor mecanismos de flexibilização de horário. Augusto Botelho (PT-RR) disse que as emissoras privadas “querem vender o horário das 19h, que subiu de preço”. João Pedro (PT-AM) elogiou a pluralidade da programação na Voz do Brasil.

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que uma possível mudança de horário da Voz do Brasil deve respeitar as situações regionais. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também considerou que a melhor opção será negociar uma faixa horária. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou projeto de sua autoria (PLS 53/03) que prevê a flexibilização do horário da Voz do Brasil.

Manifestantes do Greenpeace protestam contra aquecimento global causado pelo desmatamento na Amazônia. Comissão mista debate em audiência possível imposição de metas para o país

Brasil deve defender metas mais ousadas contra emissões de carbono

O Brasil deve defender – na 13ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 13) e na 3ª Reunião das Partes (MOP) do Protocolo de Kyoto, que serão realizadas em Bali, na Indonésia, em dezembro – um avanço em relação ao que já determina o protocolo. Os países desenvolvidos assumiram metas mais ousadas que as definidas anteriormente, e os em desenvolvimento contribuiriam com mecanismos efetivos para a redução das emissões de carbono.

Essa foi a posição unânime dos debatedores na audiência pública na Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que discutiu uma possível imposição de metas para o Brasil no período pós-2012, quando se encerra a primeira etapa do Protocolo de Kyoto – acordo com limites mínimos para a redução de emissão de carbono –, firmado na década de 90. Eles crêem ser mais fácil determinar novas metas em cima do que já está firmado, para que não se paralise as discussões.

–O que se espera é um acordo consensual, um roteiro para as negociações das novas metas, em 2009– disse



Thelma Krug fala na audiência, ao lado de Casagrande, Eduardo Gomes e Magno Malta

Thelma Krug, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

“Exemplo”

O Brasil, segundo Thelma Krug, é considerado exemplo pelos esforços para proteger o clima e o meio ambiente, assumindo posições de liderança em temas como os biocombustíveis, o álcool e o monitoramento da floresta amazônica. Mas concordou que existem gargalos, como os incêndios que consomem a floresta amazônica e elevam o país à quarta posição no ranking de maiores emissores de carbono.

O embaixador extraordinário para a mudança do clima do Ministério das Relações Exteriores, Sérgio Serra, lembrou que estudos apontaram uma queda nas emissões, por parte de Brasil, China, África do Sul e México, 40% acima das metas compulsórias

dos países desenvolvidos signatários do protocolo.

Já o coordenador de mudanças climáticas globais do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), José Miguez, disse que o Brasil não pode assumir metas de redução de emissões de carbono

porque a ação é incompatível com as determinações no Protocolo de Kyoto e representa “uma camisa de força que nos imobiliza, perdendo competitividade”.

Participaram da reunião os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Magno Malta (PR-ES) e Delcídio Amaral (PT-MS) e os deputados Rodrigo Rollemberg, Eduardo Gomes, Fernando Gabeira, Luiz Carreira e Rocha Loures.

Os parlamentares aprovaram a realização de audiência pública no Recife (PE), para debater o aumento do nível do mar no litoral nordestino. O presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes, anunciou que a Câmara assinou convênio com a SOS Mata Atlântica para a neutralização das emissões de carbono com ações de compensação, como o plantio de árvores.

Greenpeace cobra fim do desmatamento na Amazônia

Manifestantes do Greenpeace fizeram ontem um protesto pacífico na Praça dos Três Poderes contra o aquecimento global provocado pelo desmatamento da Amazônia. O Greenpeace apresentou documentos aos integrantes da Frente Parlamentar Ambientalista, exigindo comprometimento do governo brasileiro pelo fim do desmatamento na Amazônia propondo que o Brasil assumira responsabilidades mais eficazes na redução do aquecimento global.

Durante a manifestação, dezenas de balões pretos e brancos pintados com o símbolo do gás carbônico (CO₂) ergueram uma pequena urna cheia de cinzas da Floresta Nacional do Jamanxim – área protegida, no Pará, invadida e queimada ilegalmente este ano. A urna carregava uma faixa com os dizeres “Salve a Amazônia, salve o Clima”.

O protesto teve o apoio de integrantes da Frente Parlamentar Am-



Protesto contra o desmatamento da Amazônia

bientalista. Deputados e senadores receberam um relatório produzido pelo Greenpeace contendo metas que a entidade considera essenciais para o Brasil apresentar na Conferência da Organização das Nações Unidas

sobre Clima, em Bali.

Um dos pontos propostos pela ONG é a criação de um Mecanismo de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas que permita a adoção, pelos países em desenvolvimento, de tecnologias renováveis e limpas que seriam transferidas por países desenvolvidos. Os ambientalistas reivindicam também a inclusão de florestas no segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto. A ONG alega que cerca de 75% das emissões brasileiras de gases do efeito estufa são decorrentes dos desmatamentos e de mudanças no uso do solo.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que é relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, afirmou que a comissão apresentará um relatório até dezembro contendo normas que possibilitem a adoção de medidas públicas para reduzir a zero o índice de desmatamento ilegal no Brasil.

Comissão aprova reestimativa de receitas do PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) para reestimativa das receitas do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011. O texto acrescenta R\$ 39 bilhões aos recursos destinados a investimentos no período.

O montante de verbas adicionais foi calculado por consultores da Câmara dos Deputados e do Senado, tomando como base reestimativas orçamentárias e reconsiderando as previsões de arrecadação do Executivo.

Após a aprovação do relatório de Francisco Dornelles, parlamentares da base do governo, membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas, pediram maior prazo para analisarem as 9.707 emendas apresentadas à Lei Orçamentária Anual para 2008. O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), marcou reunião para amanhã, às 14h.

Crivella nega patrulhamento ideológico no Ipea

Artigo publicado na edição de ontem do jornal O Globo, na coluna “Panorama Econômico”, assinada pela jornalista Míriam Leitão, motivou o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) a mais uma vez ocupar a tribuna do Plenário para rebater as acusações de que estaria havendo patrulhamento ideológico no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e que essa teria sido a causa do recente afastamento de quatro pesquisadores.

Marcelo Crivella afirmou que Fábio Giambiagi e Otávio Tourinho foram devolvidos à sua instituição de origem, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em virtude do encerramento do convênio que os mantinha no Ipea. Já Gervásio Rezende e Régis Bonelli, conforme o senador pelo Rio de Janeiro, foram dispensados por estarem aposentados.

Detenção de adolescente paraense por quase 30 dias numa cela ocupada por 20 homens repercute no Plenário. Parlamentares fazem duras críticas a autoridades envolvidas



Flexa Ribeiro: "Uma mulher não pode ser colocada em uma cela com 20 homens"



Para José Nery, houve "crime hediondo, triste, intolerável e humilhante"



Mário Couto critica delegado e diz que "governadora tem culpa"

Senadores querem esclarecer caso da jovem presa com homens

Os três senadores do Pará – Flexa Ribeiro (PSDB), Mário Couto (PSDB) e José Nery (PSOL) – lamentaram ontem, em pronunciamentos no Plenário, o crime contra a jovem paraense que passou quase 30 dias presa na mesma cela com cerca de 20 detentos homens na cidade de Abaetetuba, na região metropolitana da capital, Belém. A jovem teria 15 ou 19 anos de acordo com notícias da imprensa.

Para Flexa Ribeiro, é inadmissível "o que foi cometido pela polícia da governadora Ana Júlia".

– Se a jovem era menor ou não, em hipótese nenhuma uma mulher pode ser colocada em uma cela com 20 presos – advertiu Flexa Ribeiro.

O senador leu trecho de depoimento de um dos detentos em que este afirma ter avisado aos policiais que a jovem era menor, de nada adiantando. Segundo o detento, além de prender a jovem, os policiais a agrediram, acrescentou Flexa Ribeiro.

O parlamentar foi apoiado em apartes por Marcelo Crivella

(PRB-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Paulo Paim (PT-RS), Mário Couto e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Pedido de apuração

José Nery pediu à governadora Ana Júlia Carepa que tome as providências urgentes e necessárias à apuração e punição rápida dos responsáveis pela prisão da adolescente na cela com mais de 20 homens. Ele assinalou que é responsabilidade do Estado oferecer instalações prisionais diferenciadas para homens e mulheres.

Para Nery, o caso configura um crime "hediondo, triste, intolerável e humilhante", além de ser um dos mais graves atentados aos direitos humanos já ocorridos no Pará. O senador disse que o episódio deve servir de alerta para as condições precárias em que se encontra o sistema prisional no estado.

Em apartes, João Pedro (PT-AM) afirmou que estava indignado com o caso. Fátima Cleide (PT-RO) anunciou que a governadora já havia afastado o delegado responsável e determinado a apu-

ração do caso. Demostenes Torres (DEM-GO) destacou que o caso ofende todo o ordenamento jurídico e vai gerar uma investigação internacional.

"Incompetência"

Mário Couto ressaltou não entender "como um delegado de polícia pode colocar uma menina dentro de uma cadeia com 20 bandidos".

– Esse delegado tem que ir para a cadeia. Esse delegado é um imbecil – disse o senador.

Mário Couto criticou a governadora Ana Júlia Carepa por, segundo ele, ainda não ter tomado providências sobre o crime.

– A governadora tem culpa. Será que a governadora não sabia que tinha um incompetente cuidando de uma delegacia de uma cidade com mais de 100 mil habitantes? – indagou Mário Couto.

Em apartes, os senadores Demostenes Torres, Mão Santa, Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Jefferson Péres (PDT-AM) apoiaram o pronunciamento do colega e solidarizaram-se com a população paraense.

Osmar coloca à disposição do governo cargo no Paraná

Osmar Dias (PDT-PR), presidente do diretório estadual do seu partido, anunciou em Plenário que encaminhará ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ofício colocando à sua disposição o cargo do delegado regional do Trabalho no Paraná, atualmente ocupado pelo pedetista João Alberto Graça. O senador explicou que o seu objetivo é demonstrar a sua independência com relação ao governo nas votações do projeto de resolução que cassa o mandato do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e da proposta de



"Não me submeto a cabresto de partido ou de governo", adverte Osmar Dias

emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a CPMF.

– Darei meu voto [à PEC da

CPMF] de acordo com minha consciência, sem nenhum vínculo com o processo de Renan, sem vínculo de participação do PDT em indicação. Meu voto aqui será livre como sempre foi. Não me submeto a cabresto de partido ou de governo – afirmou.

Osmar Dias elogiou o atual delegado regional do Trabalho do Paraná, dizendo que ele honra os quadros do PDT, mas procurou deixar claro que a indicação do delegado não foi sua, já que, segundo disse, recusa-se a fazer indicações.

Governador condena retirada de "não-índios" da Raposa Serra do Sol

O governo brasileiro está agindo "na contramão" da tendência internacional de povoar as áreas de fronteira, disse ontem o governador de Roraima, Ottomar Pinto. Em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele condenou a forma pela qual estão sendo retirados os "não-índios" da área da reserva indígena Raposa Serra do Sol, junto às fronteiras com a Venezuela e a Guiana.

– Aquela está se tornando uma terra de ninguém, onde até para se hastear uma Bandeira Nacional já houve problema, porque o tuxão local não queria permitir – afirmou Ottomar, que esteve à frente de uma delegação de deputados estaduais de Roraima.

A audiência foi promovida a pedido de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que presidiu a reunião. Em seu requerimento, o senador demonstrou preocupação com a realização de uma operação

especial da Polícia Federal, intitulada Upakaton 3, destinada a retirar a população de não-índios que ainda se encontra na área da reserva.

Augusto Botelho (PT-RR) disse esperar que se alcance um acordo com os produtores de arroz.

– Estão guardando reservas minerais para serem exploradas pelos países ricos – disse.

Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou as "perspectivas invejáveis" de Roraima. Marcelo Crivella (PRB-RJ) opinou que o governo adote as medidas necessárias para se evitar um "derramamento de sangue". A busca de acordo também foi defendida por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo o governador de Roraima, 47% da área do estado é de reservas indígenas e 23% de unidades de conservação ambiental. Ottomar disse ter informações de que as reservas minerais de Roraima seriam superiores às da província de Carajás, no Pará.



Mozarildo (C) resalta importância de audiência sobre a reserva Raposa Serra do Sol

Mozarildo: reserva está situada em área de conflito na fronteira

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a realização de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para debater a situação da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Ele disse que foi uma oportunidade para os representantes de Roraima demonstrarem sua angústia com a demarcação da 36ª reserva indígena localizada no estado. Mozarildo informou que 47% do território roraimense já é ocupado hoje por reservas indígenas.

– O mais importante foi levar para a CRE um aspecto que não era considerado até então: a reserva Raposa Serra do Sol está em uma área de fronteira, em uma região de conflito. A Venezuela não reconhece um pedaço do território da Guiana que faz fronteira com a reserva. Estamos debatendo a questão do ponto de vista nacional, mas também que-

remos analisar o aspecto humano – afirmou Mozarildo.

Conforme o senador por Roraima, das 458 propriedades identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), somente 198 foram indenizadas e, destas, apenas 131 dos seus proprietários receberam algum documento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) atestando que terão direito a uma nova terra.

Comitiva

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que presidia a sessão, registrou a presença do vice-governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, do deputado federal Márcio Junqueira (DEM-RR) e de deputados da Assembleia Legislativa daquele estado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que a comitiva participou, junto com o governador Ottomar Pinto, da audiência pública na CRE.



Ferreira Neto diz que transporte ferroviário no país vive nova fase

Jane Araújo

Comissão de Infra-Estrutura acolhe indicação de novo diretor para o Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável à mensagem presidencial que indica Rômulo do Carmo Ferreira Neto para exercer o cargo de diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A proposição será ainda

submetida ao Plenário.

Em seu relatório favorável, o senador Expedito Júnior (PR-RO) destacou a experiência profissional do indicado, engenheiro civil e superintendente regional do Dnit no Tocantins desde 2003.

Ferreira Neto observou, em sua exposição, que o sistema de transporte ferroviário no país ex-

perimenta uma nova fase, que se expressa por investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da ordem de R\$ 750 milhões.

O presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), lembrou que o Tribunal de Contas da União tem feito muitas denúncias de irregularidades relativas ao Dnit.

Ferreira Neto atribuiu a situação à falta de estrutura do órgão, que, segundo ele, não conta com corpo técnico suficientemente grande e diversificado para fiscalizar a execução das obras.

Foi aprovado também requerimento de Marconi de audiência pública para discutir questões relativas à matriz energética brasileira.

Mercado de cartão de crédito em debate

A Consultoria Legislativa do Senado realiza hoje, às 9h, no Interlegis, debates sobre a regulamentação do mercado de cartões de crédito. Será apresentado estudo feito pelo especialista Paulo Springer que defende a necessidade de a área ser acompanhada mais de perto pelo setor público.

O evento será presidido pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), autor de projeto que permite aos comerciantes cobrarem preços diferenciados para produtos pagos com dinheiro ou com cartão de crédito.

Paulo Paim anuncia reajuste para carteiros

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que os carteiros serão contemplados com um reajuste de 30% sobre o salário-base de dezembro, embora o presidente Lula tenha vetado o projeto de autoria do senador que garantia o pagamento de adicional de periculosidade para a categoria.

O percentual do reajuste, explicou Paim, corresponde ao adicional que seria pago aos funcionários e foi acertado em acordo entre os líderes dos carteiros e o ministro das Comunicações, Hélio Costa, como forma de compensar o veto presidencial.

CCJ aprova projeto que visa evitar prejuízo ao segurado

Iniciativa de Sérgio Zambiasi possibilita intervenção do Executivo, quando provocado, no caso de mudança feita unilateralmente, na apólice coletiva, pela empresa seguradora

Com o objetivo de evitar prejuízos potenciais aos segurados, nos casos de alteração feita unilateralmente pela seguradora na apólice coletiva, o Poder Executivo poderá, quando provocado, regulamentar excepcionalmente a norma do Código Civil que exige a anuência expressa de segurados que representem três quartos do grupo.

Projeto nesse sentido (PLS 574/07), de iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A determinação prevista no parágrafo 2º do art. 801 do Código Civil, segundo o parlamentar, vem ocasionando prejuízos potenciais aos segurados, já que qualquer mudança na apólice deve ser autorizada expressamente por pelo menos três quartos dos membros da entidade

estipulante – como sindicatos, associações, partidos políticos – muitos dos quais domiciliados em regiões distintas do território nacional.

Zambiasi argumenta ainda que os estipulantes se vêem obrigados a deixar de lado propostas mais vantajosas para as apólices de seguros que administram, devido à dificuldade operacional para se obter a anuência de grande número de associados.

– Tendo em vista tratar-se de um problema cuja causa não foi prevista



Marco Maciel (D) preside reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

legalmente, e também não ser o caso de desenvolvimento extraordinário de situações já previstas, constatarei a necessidade de apresentar este projeto, de modo a garantir eficácia no exercício da atividade dos estipulantes – argumenta o parlamentar.

Ossenadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marcelo Crivella

(PRB-RJ) elogiaram a aprovação do projeto, por entenderem que ele representa uma conquista para os segurados.

Agente público

A CCJ adiou a votação de projeto (PLS 88/07) de autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR) que agrava a pena nos crimes de homicídio e ameaça de homicídio, quando a vítima for agente público da carreira policial. O adiamento foi provocado por pedido de vista formulado por Demostenes.

ICMS compartilhado de petróleo e energia cria polêmica

Acordo fechado ontem na Comissão de Constituição e Justiça adiou a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que tem como finalidade assegurar aos estados produtores de energia e petróleo o compartilhamento da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas vendas desses produtos para os demais estados. Na prática, o objetivo da PEC 20/07 é revogar dispositivo da Constituição que estabeleceu a tributação exclusivamente no destino em relação a esses produtos, quando nas demais mercadorias e serviços cada estado fica com parcela do imposto.

Como a proposta afeta a atual distribuição de receitas do ICMS entre os

estados, o debate da matéria foi marcado por intensa polêmica. No final, prevaleceu o entendimento de que os impactos da alteração precisam ser mais bem conhecidos. Ficou também acertado que haverá uma audiência, em data ainda a ser marcada e em conjunto com a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária – ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) –, para debater a proposta.

O primeiro signatário da PEC é o senador Paulo Duque (PMDB), representante do Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo do país. A relatoria está com Flexa Ribeiro (PSDB), do Pará – que exporta energia de Tucuruí –, que já ofereceu parecer favorável à matéria. Aloizio

Mercadante (PT-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) defenderam a retirada da proposição, pois entendem que o tema está relacionado ao contexto da reforma tributária que o governo deve enviar ao Congresso.

No relatório, Flexa Ribeiro diz que a cobrança exclusiva no destino foi definida pelos constituintes para compensar os demais estados pelos grandes investimentos feitos nas unidades produtoras de energia e petróleo (como hidrelétricas e refinarias). Ele argumenta que agora os investimentos da União nos estados produtores já foram amortizados pela “renúncia” representada pelos 19 anos sem o compartilhamento do ICMS nas operações interestaduais.

Novo nome para cargo de agente penitenciário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara que altera a denominação do cargo “agente penitenciário”, do quadro de carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal, para “agente de polícia de execução civil”. A proposta vai ainda ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), antes da decisão final em Plenário.

Para o relator da matéria (PLC 26/07), senador Adelmir Santana (DEM-DF), a nova denominação é mais adequada à inserção dos agentes na instituição em que atuam. O projeto foi apresentado pelo então deputado e atual governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. No texto, ele observa que a alteração é apenas uma nova nomenclatura para atender a uma antiga reivindicação dos integrantes da carreira.

Em decorrência de pedido de vista coletiva, a CCJ optou pelo adiamento de proposta (PEC 12/05) que altera a correspondência entre as áreas geográficas de Brasília e do Distrito Federal. A matéria, de iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF), estabelece que Brasília é a capital federal e, acrescentando expressão ausente do texto constitucional, diz que “sua área geográfica corresponde à do Distrito Federal”.

Audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais leva a debate sobre as atribuições da agência



Célio Azevedo

Antonio Carlos Júnior ressaltou emenda sua para o Pelourinho

Antonio Carlos Júnior quer cultura baiana preservada

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu ontem a adoção urgente de medidas de preservação da cultura baiana, que, segundo o senador, teria sido relegada a um plano inferior nos últimos tempos.

– Refiro-me especialmente aos escultores, pintores, pensadores, cientistas, poetas, compositores, artesãos, escritores, músicos e cantores que estão sendo gradativamente esquecidos ou nem sequer estão tendo oportunidade de serem conhecidos por novas gerações.

O senador ainda lamentou que a região do Pelourinho volte a ser ameaçada pela degradação. Segundo ele, se aprovada, emenda apresentada por ele ao Orçamento de 2008 vai destinar R\$ 25 milhões para uma nova reforma no local.

Virgílio saúda Bruno Covas na Juventude tucana

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), saudou ontem a eleição do deputado estadual Bruno Covas (PSDB-SP) para a presidência da Juventude do partido. Bruno é neto do falecido governador Mário Covas.

Arthur Virgílio disse que Bruno vai construir uma militância jovem forte e honrar a tradição do avô de coragem, humildade, generosidade, dignidade e capacidade de agregar. O senador assinalou que não poderia esperar nada diferente de quem é neto de Mário Covas.

– Mas não posso ser indulgente com alguém que carrega o sobrenome Covas. Por isso, vou exigir muito mais dele – frisou.

Anvisa propõe que farmácias vendam apenas produtos de saúde

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo, afirmou ontem que o objetivo da consulta pública sobre a proposta de resolução que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias é discutir com a sociedade o papel que devem desempenhar esses estabelecimentos. Em sua opinião, produtos que não possuem natureza sanitária devem ser eliminados das farmácias e drogarias.

O diretor-presidente da Anvisa disse que apenas farmácias e drogarias estão autorizadas a comercializar medicamentos, pois cumprem exigências específicas, como a presença de profissionais técnicos com capacitação em nível superior. Para ele, tais estabelecimentos devem trabalhar apenas com sua finalidade principal, já que, conforme lembrou, outros comerciantes não estão autorizados



Presidente da CAS, Patrícia Saboya ouve o presidente da Abrafarma, Sérgio Mena Barreto

a vender remédios, além dos produtos que comercializam. Dirceu Raposo relatou que há farmácias que vendem até mesmo mercadorias prejudiciais à saúde, como, por exemplo, cigarros e charutos, que fazem parte do que ele denominou de “lista negra”.

– É isso que o povo espera do estabelecimento? – perguntou, após apresentar fotografias de

farmácias que vendem os mais variados produtos.

O texto do regulamento, explicou Dirceu, começou a ser discutido em 2005 e foi elaborado por cerca de 5 mil pessoas, com consulta aos Conselhos Regionais de Farmácia, de Medicina e de Enfermagem. O documento está sendo discutido por meio de audiências públicas com especialistas em todo o Brasil.

Críticos ressaltam aspectos econômicos da regulamentação

O presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), Sérgio Mena Barreto, criticou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por sua proposta de consulta pública para regulamentar o comércio nas drogarias e farmácias. Ele disse que, além dos problemas econômicos, a proposta poderá afetar o acesso da população de baixa renda, as chamadas classes D e E, a produtos e serviços.

Os produtos farmacêuticos, segundo Mena Barreto, oferecem baixa margem de lucro e as farmácias precisam ampliar sua oferta de produtos fora da área de medicamentos para manterem seus negócios. Para ele, vários países da Europa já avançam na desregulamentação do comércio das farmácias. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e do Vox Populi, assinalou Mena Barreto, revelam que mais de 70% das pessoas consultadas são a favor da venda de outros produtos nas farmácias.

O presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABC Farma), Pedro Zidoi, afirmou que a Anvisa deseja atribuir aos farmacêuticos funções que são próprias dos donos das farmácias como, por exemplo, a decisão sobre os medicamentos que devem ser estocados para oferta ao público.

Conforme a legislação atual, frisou o representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Cácio Augusto de Freitas Esteves, a Anvisa somente pode atuar e baixar regulamentações em relação a produtos que põem em risco a saúde da população, não podendo, por exemplo, impedir que a farmácia venda produtos que não afetam a saúde pública.



Jane Araújo

Adelmir (E) fala em prerrogativa do Congresso e Papaléo após Anvisa

Senadores divergem quanto à iniciativa da proposta

Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou que a consulta pública lançada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com o objetivo de regulamentar o setor de farmácias e drogarias é uma tentativa de usurpar atribuições que não foram conferidas por lei à agência, vinculada ao Ministério da Saúde. As propostas feitas no texto da consulta, disse o senador, para serem transformadas em normas, devem ser votadas pelo Congresso e não apenas editadas pela agência como normas.

Autor da proposta de realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) sobre o assunto, Adelmir disse que a proposta da Anvisa tem “a intenção clara” de impedir a venda de produtos não farmacêuticos nas farmácias. A lei que criou a agência, assinalou ele, define claramente que a Anvisa não é uma agência reguladora, pois ela não regula concessões de serviços públicos.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que a intenção da Anvisa é a melhor possível, embora ocorram exageros na tentativa de regulação.

Resolução para restringir comércio de produtos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da Consulta Pública 69, abriu prazo para apresentação de críticas e sugestões em relação à proposta de resolução que institui o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias. Conforme o regulamento, as farmácias e drogarias não poderão comercializar mercadorias como sucos, refrigerantes, chicletes, biscoitos, sorvetes, cigarros, bijuterias, entre outros, que já sejam vendidos por estabelecimentos especializados – supermercados, armazéns e lojas de conveniência.

Os estabelecimentos farmacêuticos têm permissão, segundo o regulamento, para comercializar medicamentos, alimentos para dietas ou suplementação nutricional, adoçantes dietéticos, vitaminas, minerais, cosméticos, perfumes, produtos médicos, produtos de higiene pessoal, entre outros. Todos os estabelecimentos deverão observar o regulamento, exceto setores de distribuição de medicamento e estabelecimentos de atendimento privativo de unidade hospitalar ou equivalente.

Farmácias e drogarias, ainda conforme o regulamento, são obrigadas a manter responsável técnico farmacêutico ou seu substituto durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento. O profissional deve estar identificado de forma que o consumidor possa distingui-lo dos demais funcionários.

O objetivo da Anvisa ao editar tal norma, expresso no regulamento, é estabelecer requisitos mínimos para assistência farmacêutica e aquisição, armazenamento, conservação e distribuição de medicamentos e correlatos, bem como para o comércio de determinados alimentos e prestação de outros serviços em farmácias e drogarias. A finalidade é garantir a qualidade, segurança e eficácia das ações de saúde, em benefício da população.

A íntegra da proposta com o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias está disponível no site da Anvisa: www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/CP/CP%5B19073-1-0%5D.PDF.